11ª SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Justiça pela Paz em Casa

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

NJM
Núcleo Judiciário da Mulher

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS — TJDFT

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Desembargador Romão Cícero de Oliveira
Presidente

Desembargadora Sandra de Santis Mendes Faria
Primeira Vice-Presidente

Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante
Segunda Vice-Presidente

Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa
Corregedor

NÚCLEO PERMANENTE JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR — NJM

COORDENAÇÃO

Juiz de Direito Ben-Hur Viza

Juíza de Direito Fabriziane Figueiredo Stellet Zapata

Juiz de Direito Gislaine Carneiro Campos Reis

Juíza de Direito Luciana Lopes Rocha

SUPERVISÃO

Cristiane Moroishi

Myrian Caldeira Sartori

EQUIPE TÉCNICA

Adelayde Costa Pinto

Alfredo Valente Junior

João Wesley Domingues

Katia Ferreira Gomes

Marcia Maria Borba Lins da Silva

Marcos Francisco de Souza

Maria Luisa Gomes Penha

Mariana Barros Rodrigues da Cruz

Regina Lúcia Nogueira

Regina Márcia Raposo Rocha

Solange Pinto Leal

Soraia da Costa Santos

Os agradecimentos pela realização da XI Semana do Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa se voltam primeiramente às mulheres em situação de violência e suas famílias que motivam todos os esforços para o enfrentamento à violência doméstica e familiar inspirando criativas formas de prevenção.

Estendendo os agradecimentos, é preciso registrar esse reconhecimento aos servidores públicos e a todos os profissionais da iniciativa privada que juntos movimentam a rede de proteção às mulheres no Distrito Federal, por vezes em condições flagrantemente voluntárias.

Agradecimentos especiais aos parceiros institucionais precursores, que vêm desempenhando papel indispensável nas ações de prevenção, de atendimento e de enfrentamento da violência contra a mulher no Distrito Federal:

Conselho Nacional de Justiça;

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

Defensoria Pública do Distrito Federal;

Procuradoria Especial da Mulher, do Senado Federal;

Polícia Civil do Distrito Federal;

Polícia Militar do Distrito Federal;

Corpo de Bombeiros Militar do DF

Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República;

Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos;

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;

Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal;

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal;

Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios;

Câmara Legislativa do Distrito Federal;

Casa da Mulher Brasileira;

Universidade de Brasília - UnB;

UniCEUB Centro Universitário de Brasília;

Centro Universitário Planalto do DF – UNIPLAN

Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Recanto das Emas - COSE

Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAPE

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e do Observatório Pop-Negra da UnB

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da UnB

Grupo Mulheres do Brasil

Rede de Proteção à Mulher do DF

Agradecimentos, enfim, aos setores estratégicos e administrativos do TJDFT que contribuíram para a realização da XI Semana:

Juízes assistentes da Presidência, da Primeira e da Segunda Vice-Presidência, e da Corregedoria;

Magistrados e servidores dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do TJDFT;

Secretaria-Geral do TJDFT;

Servidores da Presidência, da Primeira Vice-Presidência da Segunda Vice-Presidência e da Corregedoria;

Assessoria do Cerimonial da Presidência;

Núcleo de Design Gráfico, Editoração e Controle de Qualidade;

Assessoria de Comunicação Social;

Núcleo de Assessoramento sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – NERAV/COORPSI

Coordenadoria de Sistemas e Estatísticas da Primeira Instância - COSIST;

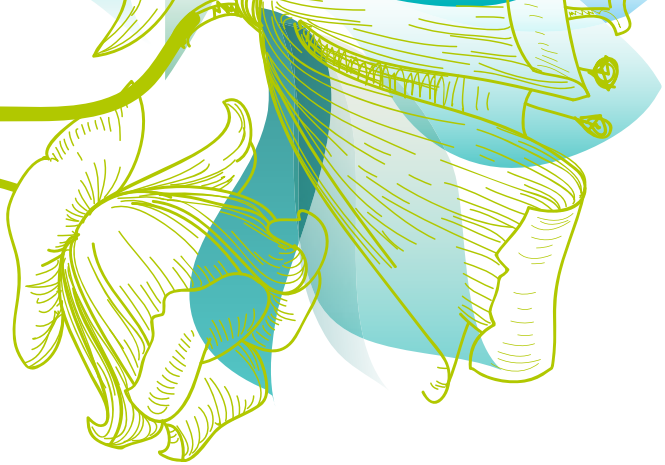
Serviço de Transportes;

NURT - Núcleo de Revisão Textual

Serviço de Copa e Cozinha;

Serviço de Suporte a Sistemas de Áudio e Vídeo;

E aos demais servidores e terceirizados que participaram, direta ou indiretamente, dessa intensa semana de atividades.



SUMÁRIO

6 APRESENTAÇÃO

8 EVENTOS REALIZADOS PELO NJM NA XI SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

| Solenidade de abertura da XI Semana Justiça pela Paz em Casa 9
| apresentação do relatório Programa Instrução Lei Maria da Penha 12
| Apresentação dos Projetos PAVIO e PRATA DA CASA 16
| Grupo Reflexivo de Homens 19
| Evento Canteiro de Obras 19

20 EVENTOS COM A PARTICIPAÇÃO DO NJM

| Evento 12 anos da Lei Maria da Penha 20
| Efetividade da Lei Maria da Penha - NERAV 21
| Participação no Programa TV Justiça 22

23 CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRESENTAÇÃO

Nas 10 edições já realizadas do Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa, foram julgados 126 mil processos e concedidas mais de 64 mil medidas protetivas de urgência. "Infelizmente, a violência contra a mulher ainda é muito invisível. As causas do preconceito contra a mulher, todo mundo prefere não ver", afirmou Cármen Lúcia, que durante seu mandato na presidência do CNJ instituiu a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no âmbito do Judiciário (Portaria n. 15/2017).

Entre outras medidas, a norma tornou permanente a Campanha Semana Justiça pela Paz em Casa e colocou como prioridade a criação e estruturação das unidades judiciárias especializadas no recebimento de processos relativos à violência doméstica e familiar, com implantação de equipes de atendimento multidisciplinar, conforme estabelecido no artigo 32, da Lei Maria da Penha.

Entre as ações sugeridas pelo Conselho estão parcerias entre entidades governamentais e não governamentais nas áreas de segurança, assistência social, educação e trabalho, em programas de combate e prevenção a todas as formas de violência contra a mulher.

A Semana Justiça pela Paz em Casa mobilizou os tribunais do Brasil inteiro, sob a batuta do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que para essa 11ª edição lançou uma nova identidade visual, com a hashtag #Nãosecale. A nova logomarca que respeita os traços da arte usada até a 10ª semana, marca a institucionalização da Campanha Justiça pela Paz em Casa como programa permanente do Conselho Nacional de Justiça.

O principal objetivo do programa é coibir a violência contra a mulher, começando pela disseminação da cultura pela paz nos lares brasileiros. Através do NJM, com esforço concentrado de julgamentos nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o TJDFT organizou e participou de todas as edições, promovendo palestras, seminários e variadas atividades de cunho didático, lúdico, jurídico e informativo sobre a temática.

A décima primeira edição da Semana ocorreu em agosto de 2018 nos 19 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do DF, durante a qual foram alcançados os seguintes resultados: 181 audiências de instrução, 379 despachos proferidos, 153 medidas protetivas, 107 sentenças de conhecimento com mérito em violência doméstica contra a mulher.

EVENTOS REALIZADOS PELO NJM NA XI SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Ocorreram diversos eventos durante a XI Semana do Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa, que se realizou de 20 a 24/8/2018, em todos os tribunais de justiça do país. Idealizada pela Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, Ministra Cármen Lúcia, a Semana faz parte do calendário nacional de combate à violência contra a mulher. Nesta décima primeira edição, a abertura oficial da Semana Justiça pela Paz em Casa no Distrito Federal aconteceu no dia 20/8, no Auditório Sepúlveda Pertence, no Fórum de Brasília, com a palestra "Mulheres Negras e Feminicídio: a dimensão racial da violência de gênero", da doutoranda em Políticas Sociais e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e do Observatório PopNegra da UnB, Marjorie Chaves.

SOLENIDADE DE ABERTURA DA XI SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

No dia 20/08/2018, em meio às proximidades do aniversário de 12 anos da Lei Maria da Penha (7/8), o TJDFT, por meio do Núcleo Judiciário da Mulher — NJM, realizou a solenidade de abertura da XI Semana Justiça pela Paz em Casa com aproximadamente 89 participantes. A cerimônia de abertura foi realizada no auditório Sepúlveda Pertence, e integraram a mesa de autoridades, a 1ª Vice-Presidente do TJDFT, desembargadora Sandra De Santis; a 2ª Vice-Presidente do TJDFT, desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito; a Vice-Procuradora de Justiça do MPDFT, Selma Sauerbronn; a Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, Andreza Winckler Colatto; a coordenadora do Núcleo Judiciário da Mulher do DF, juíza Fabriziane Zapata; a Defensora Pública Geral do DF, Maria José Silva Souza de Nápolis; a Secretária Adjunta de Política para Mulheres do DF, Joana D'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello; e a palestrante, professora Marjorie Chaves.

A primeira autoridade a falar sobre o evento foi a coordenadora do NJM/TJDFT, juíza Fabriziane Zapata. A magistrada agradeceu a presença de todos e destacou a importância da Semana Justiça pela Paz em Casa:

> *"Nós do Núcleo somos poucos, mas somos pessoas que queremos muito fazer a diferença. A Semana é organizada com muito carinho, conforme orientações do CNJ. Todos os eventos são pensados no sentido de divulgar a Lei Maria da Penha, de conscientizar e de tirar da invisibilidade a questão da violência contra a mulher. O que mais precisamos fazer? Como acabar com esse problema? Infelizmente, estamos pensando agora numa situação que é secular, de um país com cultura machista, patriarcal, racista e misógina. Mudar esse panorama é a ordem do dia e acreditamos que só alcançaremos esse objetivo através da educação, sem distinção entre homens e mulheres, onde todos tenham direitos iguais".*

Entre os discursos da cerimônia, a 2ª Vice-Presidente do TJDFT, desembargadora Ana Maria Amarante ressaltou a importância da família no processo de pacificação da sociedade:

> *"É a partir da família, célula mater da sociedade, a 1ª Instância de socialização da pessoa, que vão se consolidar os comportamentos e modelos/padrões para o resto da vida. Com 6 anos de idade, essa padronização estará praticamente arraigada no ser humano, daí para adiante, violência na escola, violência nos grupos comunitários, violência na sociedade, vão ser sempre decorrência dos modelos apreendidos em casa".*

Na oportunidade, foi anunciada a renovação da assinatura do protocolo de intenções firmado entre o TJDFT, o GDF, o MPDFT e a Defensoria Pública, que visa garantir a continuidade de programas e ações conjuntas para erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher no DF. O documento prevê que os partícipes desenvolvam ações conjuntas voltadas para a implantação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, orientadas para: incrementar medidas que propiciem a agilização e o aprimoramento da prestação jurisdicional no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio da integração operacional entre os órgãos do Judiciário, do Ministério Público e do Executivo; promover e defender os direitos da mulher, com a mobilização dos demais atores do sistema de garantias para contribuírem a partir de suas respectivas atribuições na implantação do protocolo; assegurar às mulheres as condições para exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, notadamente aqueles previstos na Lei Maria da Penha; e firmar convênios, termos de cooperação técnica ou outros instrumentos para o alcance do objeto do documento.

A abertura da XI Semana do Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa ainda contou com a palestra "Mulheres Negras e Feminicídio: a dimensão racial da violência de gênero", proferida pela professora doutoranda em Políticas Sociais e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e do Observatório PopNegra da UnB, Marjorie Chaves. A palestrante falou sobre a dimensão racial da violência de gênero, mostrando que o problema da violência contra a mulher é muito mais assustador quando se recorta os dados relativos à violência contra mulheres negras no Brasil.

Ao final da cerimônia, a 1ª Vice-Presidente do TJDFT, desembargadora Sandra De Santis, entregou um buquê de rosas para a palestrante, em homenagem a todas as mulheres ali representadas. A Semana faz parte do calendário nacional de combate à violência contra a mulher e tem a participação de todos os tribunais de justiça do país.

No dia 16/8/2018, o NJM/TJDFT, realizou a Apresentação do Relatório do Grupo SSP, o evento contou com a presença do Secretário Adjunto da SSP/DF, Alessandro Moretti; do Comandante Geral da PMDF, Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira; do Comandante Geral do CBMDF, Coronel Luiz Cláudio; dos juízes coordenadores do NJM/TJDFT, juiz Ben-Hur Viza e juíza Fabriziane Zapata; da chefe de gabinete da 2ª Vice Presidência do TJDFT, Wildice Cabral; e de servidores do TJDFT e da SSP/DF, entre eles, os servidores do NJM, Myrian, Marcia e Mariana.

A iniciativa faz parte do Programa de Instrução Lei Maria da Penha – PLMP e tem por objetivo desenvolver ações voltadas aos profissionais de segurança pública que respondem a processos judiciais da Lei Maria da Penha, por envolvimento em episódios de violência contra mulher.

O programa realiza reuniões e dinâmicas de grupo com foco nas questões de gênero, no sistema de crenças e mitos, na comunicação não violenta e na auto-responsabilização.

O programa piloto do PLMP já está em andamento e prevê três etapas. A primeira se iniciou no 1° semestre de 2018 e atendeu um grupo composto por cinco policiais militares e um bombeiro militar. A metodologia adotada é desenvolvida por meio de grupo reflexivo com intervenções terapêuticas, com referenciais da socionomia, e está sendo conduzida pelas servidoras do TJDFT, assistente social, Marcia Borba Lins e Mariana Barros.

Durante a Semana, houve continuidade da parceria realizada com a Secretaria de Segurança Pública do DF, com vistas à formação de policiais militares. Essa parceria entre TJDFT, SSP, PMDF e CBDF culminou na realização de um grupo reflexivo para profissionais da segurança pública que estão respondendo como autores de violência doméstica. Estão previstos dois novos grupos para o segundo semestre.

AULA REDE DE ENFRENTAMENTO/ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

No dia 16/8/2018, o NJM/TJDFT realizou a aula sobre Rede de Enfrentamento/Atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, na UNIPLAN – Águas Claras.

A disciplina foi ministrada, em parceria com a Polícia Militar do Distrito Federal, com parte do conteúdo programático do Curso Nacional Patrulha Maria da Penha, promovido pela SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública e Cidadania, do Ministério da Segurança. A aula foi elaborada e ministrada pelo assistente social do NJM Marcos Francisco de Souza, e pelo 3° Sargento da equipe técnica do PROVID, Flávio Barbosa. Esta atividade contou com a participação de 42 policiais militares.

MARIA DA PENHA VAI ATÉ VOCÊ
AÇÃO REALIZADA NO CENTRO ORIENTAÇÃO SÓCIO EDUCATIVO (COSE).

No dia 21/8/2018, no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Recanto das Emas, foi realizado o evento "Maria da Penha vai até Você", contando com a presença da Dra. Cristiana Torres Gonzaga, juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Recanto das Emas. Além dela, participaram da atividade a servidora do NJM Regina Márcia e a estagiária Maria Luisa Gomes.

O evento foi o resultado de uma parceria entre o NJM/TJDFT e o COSE Unidade Granja das Oliveiras, a ação teve como objetivo levar a discussão da Lei Maria da Penha em diversos âmbitos da sociedade. Desta forma, foram realizadas uma Oficina sobre Relacionamentos Abusivos e Lei Maria da Penha, tendo como metodologia a análise da música Ciumento eu, Henrique e Diego, que traz conteúdo machista contribuindo para a reprodução dessa cultura na nossa sociedade. Na ocasião a Dra. Cristiana Torres Gonzaga, juíza do JVDFM do Recanto das Emas, apresentou algumas questões relacionadas a Lei Maria da Penha, bem como respondeu várias questões das participantes sobre a temática.

AULA INAUGURAL DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (CFO/PMDF)

No dia 22/8, o Núcleo Judiciário da Mulher NJM/TJDFT realizou a aula inaugural da disciplina "Lei Maria da Penha e o Atendimento Policial" no currículo do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (CFO/PMDF). Esta aula foi ministrada pela professora PhD Tânia Mara Campos de Almeida, pesquisadora e professora do Departamento de Sociologia-UnB e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM).

Estiveram presentes o juiz coordenador do NJM/TJDFT, Ben-Hur Viza; as servidoras do NJM/TJDFT Mariana Barros e Myrian Sartori, além de alguns servidores do cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Núcleo Bandeirante.

Esta disciplina surge como fruto de parceria da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal (SSPDF) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Durante a disciplina serão abordados conteúdos sobre a atuação eficiente e não revitimizadora do policial nas situações de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nos dias 8, 13 e 15 de agosto de 2018, o NJM/TJDFT realizou projeto piloto do Programa Prata da Casa no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Núcleo Bandeirante, esse programa tem por objetivo realizar formações com os servidores dos cartórios e gabinetes dos Juizados de Violência Doméstica do Distrito Federal em que são abordados os temas "Gênero e violência contra a mulher, Comunicação não violenta, e Atendimento não revitimizador".

No dia 22/8, O Núcleo Judiciário da Mulher – NJM, vinculado à 2ª Vice-Presidência, realizou a apresentação dos novos projetos: "Prata da Casa" e "PAVIO- Projeto de Acompanhamento Interinstitucional a mulheres em Situação de violência doméstica e familiar do Distrito Federal".

O Programa PRATA DA CASA visa realizar oficinas de formação com os servidores do TJDFT que atuam com o atendimento das partes envolvidas em processos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Tem por objetivos: facilitar a reflexão sobre o atendimento das partes a partir de uma perspectiva de gênero; apresentar instrumentos e ferramentas da comunicação não-violenta; possibilitar espaço de prática de técnicas do atendimento não-revitimizador.

O Projeto PAVIO visa realizar o acompanhamento contínuo, sistemático e integrado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar encaminhadas pelos JVDFM, tendo por metodologia o atendimento interinstitucional e a intervenção em rede. Este projeto é direcionado para aqueles casos mais complexos, em que a resposta processual penal ou mesmo a intervenção da rede local (mediante encaminhamentos) não tenha sido suficiente.

ABERTURA DO CURSOS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL NO CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – EAPE

No dia 28/8, o NJM/TJDFT realizou a aula inaugural do Curso de Prevenção, Identificação e Acolhimento nos Casos de Violência Sexual, feito em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do DF - SEEDF, por meio do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAPE.

Estiveram presentes o juiz coordenador do NJM/TJDFT, Ben-Hur Viza; os assistentes sociais do NJM/TJDFT, Marcos Francisco, que ministrou a primeira aula, e Mariana Barros, além das estagiárias Maria Luisa Gomes e Solange Leal. Dentre as autoridades, estiveram presentes as representantes da EAPE Rachel Costa e Thaiane Ferreira (DIAP - Diretoria de Apoio Administrativo e Pedagógico), que deram as boas-vindas aos participantes e representaram a coordenadora da GEAGO (Gerência de Formação, Pesquisa e Desenvolvimento para Carreira), Marília Lima Cabral, Ângela e Elizabeth, servidoras da EAPE.

O curso tem como objetivo oportunizar a formação de profissionais da Secretaria de Estado de Educação do DF no encaminhamento à Rede de Proteção para o atendimento não revitimizador de pessoas em situação de vulnerabilidade social e suspeita de violência sexual.

ABERTURA DO CURSO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA NO CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – EAPE

No dia 30/8, o NJM/TJDFT em parceria com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EAPE, da Secretaria de Educação; o MPDFT; e a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH realizou a abertura do Curso *Maria da Penha vai à Escola.*

As aulas inaugurais foram ministradas pela professora da UnB Valeska Zanello e pelo Assistente Social do Núcleo Judiciário da Mulher – NJM, Marcos Francisco.

A abertura do curso teve como público-alvo orientadores educacionais, gestores escolares, coordenadores, professores, monitores e profissionais da rede de ensino público, o intuito do curso é viabilizar o debate de temas como gênero e violência contra a mulher; rede de proteção às mulheres; escolas do Distrito Federal e atendimento às situações de violência contra a mulher, com o objetivo de capacitar esses profissionais para informar a comunidade escolar quanto aos direitos das mulheres trazidos pela Lei Maria da Penha.

GRUPO REFLEXIVO DE HOMENS

Ainda como parte da programação da Semana, o NJM/TJDFT promoveu novos ciclos de encontros dos Grupos Reflexivos de Homens. Em parceria com os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher do Paranoá e de São Sebastião., a iniciativa tem como objetivo sensibilizar e mobilizar os homens que respondem a processos da Lei Maria da Penha, para pôr fim a todas as formas de violência contra as mulheres. Os encontros acontecem em Taguatinga, Guará, Planaltina, Paranoá e São Sebastião. Os encontros acontecem sempre às segundas-feiras (Guará), terças-feiras (Taguatinga), quartas-feiras (Planaltina) e sextas-feiras (São Sebastião e Paranoá).

EVENTO CANTEIRO DE OBRAS

No dia 17/08, o NJM/TJDFT e Grupo Mulheres do Brasil levaram a palestra Estamos em obras: Trabalhando a Família, a 80 operários da construção civil na 704 norte.

A programação contou com a participação do supervisor no NJM/TJDFT João Wesley Domingues. Na oportunidade foram enfatizadas estratégias de fortalecimento da estrutura familiar usando metaforicamente como exemplo as diversas etapas da edificação de um prédio.

A realização é uma parceria com o Grupo Mulheres do Brasil que conta com cerca de 2 mil mulheres, atuando com 12 temas diferentes

EVENTOS COM A PARTICIPAÇÃO DO NJM

EVENTO 12 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA

Em comemoração aos 12 anos da Lei Maria da Penha, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) em parceria com a Rede de Proteção à Mulher do Distrito Federal promoveu no dia 9/8 uma discussão coletiva sobre os avanços e desafios no enfrentamento à violência contra a mulher.

Entre as principais autoridades estavam a promotora de Justiça Liz-Elainne Mendes, coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos do MPDFT e a juíza coordenadora do NJM/TJDFT Gislaine Carneiro Campos Reis. Estavam presentes a assistente social do NJM/TJDFT Regina Márcia Raposo e a estagiária Maria Luisa Gomes.

O evento contou com duas palestras e uma mesa-redonda com a participação de integrantes do sistema de Justiça.

EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA - NERAV

No dia 31 de agosto de 2018 foi realizada atividade sobre o tema Efetividade da Lei Maria da Penha no Núcleo de Assessoramento sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – NERAV. As palestrantes Dra. Luciana Lopes Rocha e Dra. Gislaine Carneiro Campos Reis (juízas coordenadoras do Núcleo Judiciário da Mulher – NJM/TJDFT abordaram os temas dos tipos de violência e a importância de isso constar nos pareceres psicossociais, além de trazer a violência institucional que foi incorporada na LMP, pela Lei 13.505.

Além disso, outros aspectos abordados foram os projetos, como grupo de reflexão com homens policiais militares e bombeiros militares, Prata da Casa e Viva Flor. Depois disso foi finalizado com a temática das alterações da Lei relacionadas ao descumprimento de MPUs e apresentação de vídeo sobre os grupos de reflexão para homens realizados pelo NJM/TJDFT.

A juíza do TJDFT Fabriziane Figueiredo Stellet Zapata participou do Jornal da Justiça, programa da TV Justiça, na última segunda-feira, 20/8. A magistrada, que também é coordenadora do Núcleo Judiciário da Mulher - NJM, discorreu sobre o início da XI Semana do Programa Nacional da Justiça pela Paz em Casa.

Promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e realizada três vezes ao ano pelos tribunais de todo o país, a semana da "Justiça pela Paz em Casa" busca ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n° 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero.

Conscientizar as pessoas e ampliar a discussão e abordagem ao tema é a expectativa da magistrada durante a semana. "Esperamos que nessa semana nós consigamos levar mais mulheres a denunciarem as situações de violência", ressaltou.

Durante os quatro anos de realização das ações do programa, a justiça contabilizou 147 mil audiências, sendo 64.717 medidas protetivas impostas pela justiça em todo o país. Para a juíza, o número alto de medidas protetivas não é ruim. "Apenas, estamos tirando da invisibilidade aquela violência que durante tanto tempo as mulheres sofreram".

Segundo a magistrada, a mulher vítima de violência doméstica precisa de muito mais do que um processo criminal para a condenação de seu agressor. "Ela precisa de assistência psicológica, jurídica e de políticas públicas. Precisa de comida na mesa e de creche para que os filhos dela possam ficar em algum lugar com cuidado enquanto ela vai trabalhar. Precisa de programas que incentivem a autonomia econômica. Então, trabalhando todos juntos, nós tentamos fornecer a essas mulheres condições para que elas rompam o ciclo de violência", disse Fabriziane.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A casa é o lugar onde você se sente seguro. A violência praticada ali precisa ser respondida prontamente", disse a ministra Cármen Lúcia. Ao longo das 10 semanas de julgamentos de processos de violência contra a mulher, já ocorreram 995 Tribunais de Júri. O Brasil ocupa o quinto lugar no vergonhoso ranking mundial de violência contra a mulher, segundo dados do Mapa da Violência de 2015, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Os números de processos relativos à violência contra mulheres, no entanto, continuam elevados. Segundo dados do Judiciário, com base em informações dos Tribunais de Justiça, tramitam no Brasil quase um milhão de processos relativos aos casos de violência doméstica.

Combater a violência doméstica contra a mulher tem sido uma das prioridades do Poder Judiciário, e o cumprimento da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 2006), um de seus maiores desafios. A Campanha Justiça pela Paz em Casa tem contribuído para o êxito das ações de combate à violência contra a mulher no âmbito do Judiciário. Em regime de mutirão, a campanha promove o julgamento de processos que envolvem violência contra a mulher.

Em mais uma edição, a XI Semana do Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa, que aconteceu de 20 a 24/8/2018, foi um sucesso. Várias atividades foram promovidas pelo TJDFT, por meio do NJM, com ampla participação dos parceiros da rede de proteção às mulheres e da população em geral.

ENDEREÇO
Fórum Hugo Auler – Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante
Av. do Contorno, lote 14 – sala 1.45.

TELEFONES
3103.2041
3103.2027
3103-2101
3103 2088

E-MAIL
njm.df@tjdft.jus.br

SITE DO TJDFT
http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/centro-judiciario-mulher

Justiça pela Paz em Casa

STF SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

NJM Núcleo Judiciário da Mulher

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT